

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Seminário de Português

LUCIANA SILVA CANTANHEDE

**A INTERFERÊNCIA DA FALA NA ESCRITA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS
DISSERTATIVOS DE ALUNOS DE NÍVEL SUPERIOR**

BRASÍLIA

2013

LUCIANA SILVA CANTANHEDE

**A INTERFERÊNCIA DA FALA NA ESCRITA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS
DISSERTATIVOS DE ALUNOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Trabalho desenvolvido durante a disciplina
Seminário de Português, como avaliação, referente
ao 2º semestre/2013, sob a orientação da professora
Dra. Ormezinda Ribeiro.

BRASÍLIA

2013

*Agradeço a Deus Pai, fonte de toda
sabedoria e conhecimento.*

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

A INTERFERÊNCIA DA FALA NA ESCRITA NA PRODUÇÃO DE TEXTOS DISSERTATIVOS DE ALUNOS DE NÍVEL SUPERIOR

Luciana Silva Cantanhede¹

RESUMO:

Fala e escrita estão ligadas entre si e à produção dos diversos tipos de gêneros textuais. Em conformidade com o gênero selecionado para se produzir um texto, algumas formas linguísticas serão mais adequadas que outras. Este trabalho analisa características da fala e da escrita, mostrando que embora se influenciem mutuamente, a seleção do gênero que se quer trabalhar faz com que uma prevaleça sobre a outra. O gênero aqui selecionado foi a dissertação, e o que se percebe é que a escola não tem ensinado de maneira eficaz a produção deste gênero escrito. Nota-se que os alunos não sabem moldar o seu pensamento e “pensar por escrito”, o que também implica a seleção e o uso de formas linguísticas inadequadas para o contexto.

Palavras-chave: fala, escrita, dissertação.

1. ASPECTOS DA FALA E DA ESCRITA

Fala-se mais do que se escreve, isso é fato. Quando inserida no contexto da sala de aula, a língua é mais estudada em sua forma escrita, mas é válido ressaltar que a sua forma oral é a mais utilizada no dia a dia. A pessoa que inicia o processo de alfabetização já tem habilidades de fala desenvolvidas, o que acaba influenciando o processo de aprendizagem da escrita, e esta, por sua vez, também passa a influenciar a fala (MARCUSCHI e DIONISIO, 2007).

A fala contém diversas variantes, já a escrita varia em proporções menores, uma vez que seus padrões são ditados pelas academias e também por ser vista como mais prestigiosa que a fala. Além disso, os padrões de escrita são estabelecidos por normas rígidas, mas ainda assim existe variação na língua escrita (MARCUSCHI e DIONISIO, 2007).

¹ Estudante do curso de licenciatura em Letras Português da Universidade de Brasília – UnB.

Fala e escrita coexistem e cada uma tem o seu papel, não se sobrepondo uma a outra. Marcuschi (2007) descreve que “há práticas sociais mediadas pela escrita e outras pela tradição oral”. A escrita e a oralidade são tidas como práticas sociais, elas não se opõem. Marcuschi (2007) defende que existe um *continuum* entre a fala e a escrita, e propõe que “as diferenças entre fala e escrita se dão dentro de um *continuum* tipológico das práticas sociais de produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos”. Fala e escrita diferem-se, basicamente, quanto ao uso. As duas formas de representação da língua (fala e escrita) não sobrepõem uma a outra, uma não é superior ou inferior à outra, o que permite que uma relação entre elas seja construída, pois as suas diferenças são “graduais e contínuas”, como define Marcuschi (2007, p. 46).

Segundo Marcuschi e Dionisio (2007, p. 16), “Fala e escrita são realizações de um mesmo sistema linguístico de base, mas com realização, história e representação próprias. Fala e escrita apresentam muitas semelhanças e algumas diferenças”. Isso faz com que o estudo da fala e da escrita esteja associado ao uso dos gêneros textuais, o que deixa de lado o estudo descontextualizado da língua.

Quando o assunto é língua oral e língua escrita, é comum a crença de que a fala é o lugar da informalidade, a escrita, da formalidade. A fala seria caótica, a escrita seria controlada e bem formada. Essas ideias anteriormente descritas são equivocadas. São vários os equívocos que permeiam os usos da língua, e é válido dizer que a língua oral e a língua escrita são usos distintos da língua. Marcuschi (2007, p. 47) descreve que “a passagem da fala para a escrita não é a passagem do caos para a ordem: é a passagem de uma ordem para outra ordem”. A realização oral e a escrita são duas variedades de uma mesma língua. Marcuschi (2007) também esclarece a inadequação da ideia de que a fala não é normativa, a escrita, porém, é. Assim sendo é possível a conclusão de que fala e escrita são sistemas diferentes dentro de uma língua. A análise da fala sob o viés da escrita é muito comum, porém é errônea. Marcuschi (2007) explica essa ideia definindo que “a escrita é uma padronização e uma regulamentação da língua que não se verifica na fala”.

Fala e escrita não se opõem e isso permite que algumas ideias equivocadas em relação a suas definições e características sejam desconstruídas. Não é adequado reduzir a diferenciação de fala e escrita no que diz respeito à realização fônica de uma e gráfica da outra. Essas condições são necessárias, porém não são suficientes para caracterizá-

las. Essa ideia simplista de correspondência/caracterização entre grafia e produção escrita e som e fala é facilmente desconstruída quando se tem um aluno fazendo uma leitura em voz alta. O que acontece é uma oralização de um texto escrito, o que é diferente de oralidade. Assim sendo, é possível a conclusão de que a língua falada não deve ser confundida com a língua oralmente realizada (Marcuschi, 2007). Outro exemplo claro de oralização de um texto escrito são os discursos dos telejornais. E pensando na interferência de um texto escrito na oralidade, é possível citar o exemplo de um professor que estuda textos escritos e dá a sua aula oralmente, ou seja, a fala do professor tem influência da linguagem escrita.

Normalmente, outro critério utilizado de maneira errônea para se construir a diferenciação entre a fala e a escrita é que a escrita seria o local da formalidade. É sabido que a utilização de *blogs*, *e-mails* e *bate-papos* vêm crescendo cada vez mais, e o que se observa nessas amostras da língua em uso é que, apesar de serem textos escritos, fogem às regras da formalidade, e isso é inquestionável. É possível até mesmo falar-se no surgimento de uma modalidade escrita não padrão. Aqui também é possível a desconstrução da ideia de que a língua padrão é a língua escrita (Marcuschi, 2007). Esse pensamento de que a língua escrita é sinônimo de língua padrão, gramaticalmente “correta”, leva muitos falantes a “corrigirem” supostos “equivocos” na fala com base em padrões da escrita formal.

Como diferenciar fala e escrita? Marcuschi *apud* Biber (1988, 1995) afirma que não existem regras exclusivas que norteiam uma ou outra realização da língua. Marcuschi (2007) descreve que

Não se tem uma classe gramatical exclusiva da fala ou da escrita nem se tem um pronome ou uma preposição, conjunção, ou seja lá o que for, que só aparece na escrita ou na fala. Assim, podemos dizer que as diferenças são da ordem do funcionamento, e não da ordem do sistema.

A língua aqui é vista como um conjunto organizado de práticas sociais. E é nesse contexto que se deve pensar sobre os usos da língua, que não é um “sistema de signos regidos por regras” (Marcuschi, 2007).

A fala, em suas realizações, tem características dinâmicas. Segundo Marcuschi (2007) a fala pode ser caracterizada como sendo um tipo de produção que pode ou não

conter diálogo, a qual ocorre em uma situação natural, acontecendo de forma livre e em tempo real, em contexto autêntico (formal ou informal), podendo ou não ser em condição de proximidade física ou por outros meios (rádio, televisão, telefone etc.). É válido lembrar, como foi dito anteriormente, que a realização fônica é condição necessária, mas não suficiente para caracterizar a fala, pois existem textos que em sua essência são escritos, mas chegam ao público-alvo na forma fônica, esse é o caso dos telejornais e das notícias transmitidas pelo rádio, por exemplo. Como já foi visto, essas são formas oralizadas de textos essencialmente escritos, o que não corresponde a uma situação livre de produção de fala. O caminho inverso também é válido. É o que pode ser observado em uma entrevista impressa (gênero escrito), que é um texto escrito que tem por base um evento tipicamente oral.

Não é possível dizer que a fala é diferenciada da escrita por conter variações em suas realizações, uma vez que, em conformidade com Marcuschi e literaturas análogas, a língua é viva e isso faz com que as variações surjam com o uso dela.

Outros aspectos importantes para o estudo da fala são o tempo e o espaço, os quais organizam as estruturas dêiticas. Além disso, a comunicação em tempo real adiciona fatores como gestos, mímicas, linguagem corporal etc., para complementar o sentido do discurso que está sendo construído. O discurso também pode ter o seu sentido alterado quando se leva em consideração aspectos como a entonação da voz, a velocidade e o seu tom. Marcuschi (2007) conclui que “no caso da produção oral, verifica-se um sistema de múltiplos níveis em atuação”.

Sob o ponto de vista de Marcuschi (2007), podem ser vistos como características da fala: marcadores conversacionais (“sim, mas”, “entendeu?”, “viu?”, “bom, então...”), repetição (retomada de algo visto antes), correção (é no geral, a substituição de algo que foi retirado), hesitação, paráfrase (retomada de algo visto antes, refazendo-o), elipse (supressão de um elemento), anacoluto (corte, sem retomada, de algo que vinha em andamento), interjeição, parentetização, digressão e metaformulação. O autor também destaca a repetição de palavras (normalmente substantivos) como característica. Ele também destaca que, muitas vezes, o papel da repetição é dar ênfase.

A fala também se distingue da escrita pelo fato dessa ser formada por uma sintaxe emergente no ato da produção oral, e esta contém uma gramática cristalizada.

À escrita, muitas vezes, é atribuído um valor superior ao da fala, o que não é fato. A escrita tem a sua importância, assim como a fala, e ambas têm o seu papel na sociedade. A cultura escrita é entendida como letramento. A escrita tem muita importância nas culturas letradas, mas o papel de transmitir ou produzir conhecimentos não se restringe só a ela, pois a fala continua tendo a sua importância na sociedade, como afirmam Marcuschi e Hoffnagel (2007).

A escrita também pode ser vista como ferramenta essencial ao armazenamento do conhecimento. O acesso a textos escritos dá certa independência tanto ao produtor quanto ao consumidor do conhecimento, pois a escrita permite o registro do conhecimento fora da mente humana. O surgimento da escrita acrescentou mais uma maneira de se tornar explícitas as ideias que as pessoas tinham em suas mentes. Segundo Marcuschi e Hoffnagel (2007) “Cada variedade de língua, seja falada, seja escrita, tem sua norma do ponto de vista descritivo, porém, sob o ponto de vista prescritivo somente a escrita tem normas prescritivas”.

A escrita não é uma forma de transposição da oralidade. De certa forma, a escrita seleciona alguns fenômenos sonoros presentes na fala, e considera outros como não pertinentes para serem representados no código escrito, como risos, intensidade de voz etc. Outro fator determinante para o entendimento da escrita como uma não representação da oralidade é a inexistência de um único símbolo gráfico para cada fonema da língua. Isso fica claro ao se considerar a existência de símbolos diversos para representar o mesmo som, como em casa – exame. Também é possível considerar a variação de pronúncia para uma mesma letra (Marcuschi e Hoffnagel, 2007).

2. O PAPEL DA ESCOLA

Como foi descrito anteriormente, fala e escrita interferem-se mutuamente, em um processo contínuo. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a escola tem o papel de ensinar os seus alunos a desenvolver as competências escritas/orais, habilitando-os a distinguir a adequação das formas da língua em determinados contextos. Os textos orais ou escritos são produzidos sempre dentro de um contexto, não acontecem no meio do vazio. Os textos, por serem produto da atividade discursiva, não se apresentam de maneira desconexa, organizam-se sempre dentro de determinado

gênero. Os gêneros são caracterizados pelo conteúdo temático, pela construção composicional e pelo estilo. Essas características permitem que os textos que apresentam características comuns sejam agrupados em famílias ou gêneros. Assim sendo, a escola deve orientar o aluno a desenvolver/utilizar os diferentes gêneros textuais, sejam eles orais ou escritos.

A escola, além de se preocupar com as atividades de alfabetização, deve também se ocupar com as atividades de letramento dos seus alunos. Mas qual é a diferença entre alfabetização e letramento? Segundo Carvalho (2005), a atividade de alfabetização está ligada ao uso do código alfabético e o letramento é a atividade de familiarizar o indivíduo com os diversos usos da leitura e da escrita. Marcuschi (2007) *apud* Street (1995) define o letramento como “processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos”. A escola, além de alfabetizar, deve desenvolver nos alunos o domínio dos diferentes gêneros textuais.

3. ANÁLISE DE DADOS

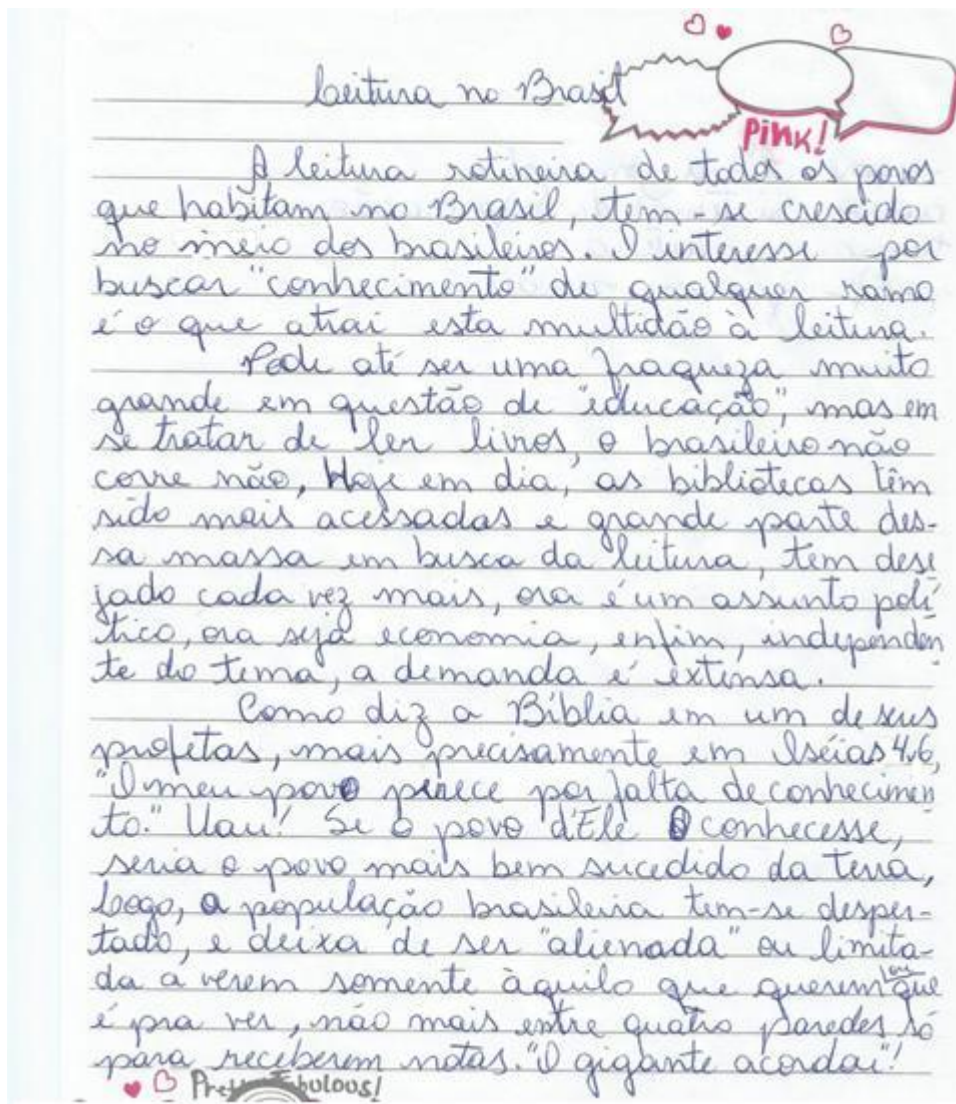
Este trabalho se propõe a analisar a interferência da fala na escrita de alunos que estão frequentando determinada instituição de ensino superior. Até que ponto eles sabem desenvolver o gênero dissertação? Marcuschi (2007) ensina que fala e escrita se relacionam, e que a escrita contém traços da fala, assim como a fala também contém traços da escrita. Porém, em conformidade com o gênero que se está desenvolvendo, haverá formas que são mais adequadas que outras.

Dentro desse gênero textual, a dissertação, segundo Faulstich (2009), é definida como um texto que se propõe a apresentar/explicar ideias. A autora propõe ainda uma espécie de estrutura para a dissertação, que, conforme a sua opinião, deve ser construída da seguinte forma: introdução, desenvolvimento e conclusão. A introdução deve conter o ponto de vista que será desenvolvido pelo autor do texto. O desenvolvimento é a apresentação dos pontos que fundamentam o ponto de vista apresentado na introdução. Por fim, a conclusão é uma síntese da introdução e do desenvolvimento.

Foram lidas 100 dissertações de alunos de diversos cursos de nível superior (Pedagogia, Ciências Contábeis, Sistemas de Informação e Serviço Social), todas dentro

de dois temas: Leitura no Brasil e Violência no Trânsito. Entre as redações, duas foram retiradas como amostra para estudo. Vejamos as amostras:

Amostra n. 1



Em seu contexto de produção, o professor mostrou aos alunos a teoria a respeito do que seria um texto dissertativo, e logo após, solicitou que os alunos produzissem um texto em conformidade com o que lhes foi apresentado, desenvolvendo o tema "Leitura no Brasil". Não havia nenhum texto que servisse de motivação a respeito do tema que deveria ser abordado.

O presente texto escrito por determinado aluno deixa claro que ele não compreendeu as características e o que é o gênero dissertação, pois não foi capaz de

construir uma argumentação consistente, além de utilizar marcas que são típicas da fala, como o uso da interjeição “Uau!” e da forma reduzida “pra”, em vez de para.

Outra característica marcante da fala é a digressão. O autor do texto faz uma digressão em seu último parágrafo, e não deixa claro quem é o “povo” apresentado na citação e nem a relação que esse “povo” tem com os brasileiros.

É notável que esse aluno tem ideias definidas a respeito da “Leitura no Brasil”, mas quando foi solicitado que escrevesse dentro do tema e utilizando determinado gênero, veio à tona a não compreensão ou uma habilidade que não foi trabalhada pela escola, a qual tem o dever de ensinar aos alunos os diferentes usos da fala e da escrita, bem como as suas adequações dentro dos diversos gêneros textuais.

Amostra n. 2

Violência no trânsito

Violência no trânsito é um tema muito polêmico, devido a várias imprudências ocorridas cometidas, acidentes fatais, disputas de racha entre jovens, todos esses fatores que levam a acidentes gravíssimos.

Outro fato são os motociclistas que não respeitam as sinalizações, os carros e os pedestres, entre motorista e motociclista ^{há} um grande conflito por disputa de espaço, uns com os outros, e esse conflito acaba levando a acidentes terríveis e trágicos, perde de familiares e amigos. Os caminhoneiros também são

em grande problema (por que) pensam que são os donos das estradas dirigem irregularmente, fazem curvas perigosas em alta velocidade, não respeitam os cones, e muitas das vezes param em rodovias para dormir, ^{instruções} todas essas ^{instruções} são exemplos de violência no trânsito, mas a ^{causam} ^{causam} de acidentes que é o alcoolismo, pessoas que gostam de fumar, beber, não os que mais correm risco de acidentes, por não se conscientizarem ^{com} que "se beber, não dirija", ^{por que} não acabam perdendo a própria vida e de outras pessoas que não beberam.

Este texto foi escrito por um aluno do curso de Ciências Contábeis de determinada instituição de ensino superior. Antes de ser solicitado que o aluno escrevesse sobre o tema "Violência no Trânsito", apresentaram-lhe a teoria a respeito do gênero dissertação e, em seguida, desenvolveu-se a produção escrita, sem que os alunos recebessem qualquer texto que motivasse a sua produção.

Fica claro no texto produzido pelo aluno que a estrutura do gênero dissertação não foi por ele compreendida. O texto é cheio de repetições (característica da fala), além de conter exemplos em que algumas concordâncias aparecem da mesma maneira que na fala informal (como artigo no plural + substantivo no singular, lembrando que esta variante da fala é estigmatizada), o que é uma construção inadequada para o gênero em questão. Outra marca comum da fala informal é a supressão da marca de infinitivo, que também aparece no texto. Não existe uma organização lógica das ideias e nenhum ponto de vista claro sendo defendido.

4. CONCLUSÃO

A pessoa que se propõe a escrever um texto, além de selecionar o gênero a ser desenvolvido, deve, também, trabalhar as ideias que serão apresentadas, ou seja, a maneira como serão apresentadas. É notável a dificuldade que os alunos têm na hora de produzir um texto escrito. Embora a proposta de ensino prevista nos PCNs proponha

que os alunos ingressem no nível superior dominando algumas modalidades de gêneros orais e escritos, percebe-se que este objetivo não é alcançado. Os textos analisados foram elaborados por alunos de ensino superior, e que, teoricamente, além de alfabetizados, deveriam também ser letrados no gênero dissertação. É notável que o ensino escolar foi deficiente para esses alunos. Ribeiro (2005) construiu algumas reflexões a respeito do ensino de língua materna e a sua eficácia para os alunos.

Ribeiro (2005) esclarece que um ensino efetivo de língua materna deve conter objetivos claros, além de unir professor e aluno, os quais devem trocar as suas experiências de língua durante a construção do conhecimento. A autora também destaca a ausência de uma aplicação prática para os estudantes, o que possivelmente gera desinteresse nas aulas de língua materna.

A solução para a construção de um ensino eficaz, segundo Ribeiro (2005), estaria na compreensão de que a linguagem e o pensamento de cada indivíduo andam juntos. Ribeiro (2005) *apud* Piaget descreve que “é a linguagem que estende o poder do pensamento, conferindo-lhe uma mobilidade e uma generalidade que ele não poderia atingir por si mesmo”. É importante que o professor saiba que a palavra é a própria materialização do pensamento, não sendo possível pensar sem a existência das palavras. A autora enfatiza que a única maneira que um indivíduo tem de fazer o seu pensamento conhecido por outros é moldando-o em conformidade com aquilo que é convencionalizado pela coletividade. Cada indivíduo faz isso por meio da língua.

O ensino de língua materna deve levar em consideração esta relação entre o pensamento e a língua. A proposta do ensino de língua é fazer com que o aluno conheça as regras que de certa forma organizam a expressão do pensamento. Porém o que tem sido ensinado nas escolas é o uso de nomenclaturas, de maneira descontextualizada, o que deixa de ter significado para o aluno, que chega ao ensino superior sem saber construir um texto coerente e em conformidade com o que se pede, sem saber refletir e argumentar (Ribeiro, 2005).

Outro problema enfrentado pelo ensino língua materna é a má formação dos docentes, que não são incentivados a prosseguir com projetos de pesquisa, não frequentam cursos de atualização/aprofundamento em sua área de trabalho, além de prestar serviço em tempo integral, o que dificulta o aperfeiçoamento do docente. Nesse contexto, o professor se prende ao livro didático, não tendo tempo e formação adequada

para trabalhar segundo a necessidade do aluno, construindo o aprendizado por meio de trocas de experiências de língua. O trabalho desenvolvido preso a um livro didático é artificial, o aluno torna-se um mero preenchedor de lacunas e o professor vira juiz, o qual dita as normas, condena, reprova (Ribeiro, 2005).

Como foi discutido anteriormente, o aluno deve ser orientado a reconhecer as estruturas de sua língua, bem como saber adequá-las nos diferentes tipos de gêneros textuais. O aluno não deve ser um repetidor, ou aquele que fala/escreve sem refletir sobre o que se fala/escreve. Ribeiro (2005, p. 225) reforça esse pensamento, afirmando que:

O ensino descritivo, juntamente com o produtivo, deveriam se sobrepor ao prescritivo, pois conhecendo e compreendendo o funcionamento de sua língua, em diversos níveis e em diversas situações, o aluno poderá utilizá-la de maneira adequada e aumentar os recursos que possui, para apropriar-se da maior escala possível das potencialidades de sua língua, em toda e qualquer situação em que tenha necessidade dela, constituindo-se então, em autor e não somente enunciador da fala dominante.

O objetivo do ensino de língua materna, segundo Ribeiro (2005), deve partir do conhecimento prévio do aluno, passar pelo senso comum e chegar àquilo que é científico. O aluno deve ser capaz de tecer comparações, análises; deve ser capaz de concordar ou discordar de opiniões apresentadas. O aluno é o principal agente na construção do saber, o professor funciona apenas como um orientador, aquele que por dominar as teorias (teoricamente) interfere na aprendizagem, desconstruindo hipóteses falsas levantadas por aquele que está aprendendo.

No processo de escritura de textos, o aluno deve ser capaz de combinar estruturas sintáticas, adequando os enunciados à situação que está em discussão, em conformidade com os objetivos daquilo que se quer comunicar.

Referências Bibliográficas

CARVALHO, Marlene. *Afabetizar e Letrar: um diálogo entre a teoria e a prática*. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

FAULSTICH, Enilde L. de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. e DIONISIO, Angela Paiva. *Fala e Escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RIBEIRO, Ormezinda Maria. *Alguns aspectos do ensino de gramática na escola: uma proposta de reflexão*. Letras & Letras. Uberlândia: jan/jun, 2005. p. 219-233.